

A sociedade de risco e a influência dos agrotóxicos

Priscila Branger*

Neivânia da Silva Teodoro*

Treicy Giovanella da Silveira*

RESUMO: A pesquisa sobre a percepção do risco pela existência de resíduos químicos no consumo de alimentos agrícolas fez necessária uma busca sobre o que vinha sendo produzido intelectual e cientificamente a respeito dos agrotóxicos, seus riscos e consequências. Percebemos o quão pertinente se mostra tal tema, pelo seu conteúdo político e polêmico. Afinal, a necessidade de aumentar a produção através do uso de defensivos agrícolas trouxe o crescimento exacerbado do comércio e da utilização de tais insumos, e a partir da análise dos dados percebe-se o fato de indivíduos terem consciência de que ingerem resíduos de produtos químicos em seu trabalho diário, ao ponto até mesmo de ignorarem que tal situação contribui significativamente para a ocorrência de quadros de saúde negativos. A questão é: como é possível entender e compreender esse atordoamento do espírito do tempo, ao testemunhar uma ruptura no interior da modernidade, vindas do contorno da sociedade industrial, assumindo uma nova forma: a “*sociedade de risco*”.

Palavras-chave: Sociedade de risco; Agrotóxicos; Agricultores; Defensivos agrícolas.

Introdução sobre a teoria do risco

O propósito de desenvolver um debate sobre o uso de agrotóxicos no Brasil, a relação e a percepção sobre os impactos desse uso na saúde do agricultor e, além disso, seus riscos e consequências com questões ligadas à modernidade compõem nossa pesquisa. Para isso, buscamos um aprofundamento sobre o que estava sendo produzido intelectual e cientificamente a respeito. Autores como Beck, Giddens e Guivant, fundamentam e propiciam uma base sobre a compreensão e *reflexividade* do risco moderno junto à noção de *incerteza* em Bauman que, de modo geral, são consideradas efeitos do avanço tecnológico, científico; e, através de um viés político e econômico, inserimos a visão/noção de Inglehart dos valores materialistas e pós-materialistas.

* Acadêmicas do Curso de Graduação em Ciências Sociais - UFSC. Respetivos e-mails: priscila.branger@gmail.com; neivaniatheodoro@gmail.com; treicy.gs@gmail.com

Optamos investigar na grande Florianópolis – a área do Cinturão Verde (região localizada em torno da grande Florianópolis que abastece as grandes redes de supermercados com hortifrutis) – alguns agricultores residentes na cidade de Antônio Carlos: são duas famílias que vivem no mesmo bairro e, que sobrevivem da produção de alimentos agrícolas, vendendo seu produto de forma autônoma, ou dependendo de empresas do setor (como a Arco-íris). A partir deste contato verificamos o contraste envolvido na relação produtor e distribuidor e, de como o risco moderno é percebido na utilização dos agrotóxicos. As entrevistas foram feitas no segundo semestre de 2011 se limitando ao contato, apenas, com os próprios agricultores que, agora, são produtores de orgânicos.

A problematização deste trabalho consiste na verificação: de como o risco moderno é percebido num sentido mais amplo da sociedade moderna; o uso e consequências na saúde do produtor contidas no histórico e legislação do uso dos agrotóxicos; a perspectiva dos consumidores; da percepção do saber científico entre os atores envolvidos; e a verificação dos valores materialistas e pós-materialistas, apontando o contexto e a realidade do produtor; nas relações de autoridade – com o Estado –, e/ou de negociação – adquiridas diretamente com o consumidor.

Os produtores entrevistados em Antonio Carlos

As entrevistas concedidas por duas famílias produtoras de orgânicos no Cinturão Verde mostraram que o uso de agrotóxicos se parece mais consciente. A família do Seu Jorge¹ sempre usou agrotóxicos em suas plantações, parou de usar nos anos 1999, não por escolha própria, mas por influência da distribuidora. Relata que o pai já passou mal por intoxicação motivada pelo uso de agrotóxicos sem a devida segurança. Como não recebiam instruções de como manusear o produto com segurança, não havia o cuidado de lavar a roupa utilizada no trabalho separadamente das outras roupas. Também não faziam uso de máscaras, nem de luvas.

Outro fator na coleta de dados com a primeira família foi a busca de autonomia – como meio de subsistência – na comercialização dos alimentos orgânicos. Assim, a importância de trabalhar como agricultor autônomo é reconhecida por um certificado da Ecocert que o autoriza à venda de seus produtos. Embora, afirme que em algumas situações se sintam limitados pela autorização recebida, tais como quan-

do seu objetivo é atender e responder às demandas de seus clientes na feira diária e, nos restaurantes que abastece.

Mesmo com todo o auxílio, dos conhecimentos com os técnicos de manuseio da plantação, a organização e higienização são supervisionadas pela experiência da família no setor e, com o serviço de alguns contratados que são devidamente registrados.

Durante a entrevista fica claro a dedicação integral ao trabalho, a significação desse meio de produção, isto é, o trabalho lhes motiva a adaptabilidade à modernização no campo.

Em relação ao uso de agrotóxicos, observa-se que em grande parte das falas, o relato é muito parecido entre as duas famílias: “não utilizávamos muito veneno, por isso não tínhamos a preocupação com o uso de equipamentos de proteção”. Assim como foi dito pelos entrevistados, não havia nenhuma instrução do risco à saúde no uso de agrotóxicos nas plantações.

Quando questionados sobre como aconteceu a transição da plantação com agrotóxicos para a produção de orgânicos (verduras e legumes), foi relatado que seus vizinhos se sentiram ofendidos quando Seu Jorge plantou bananeiras entre sua produção, que estava sendo convertida para orgânica, e a dos vizinhos que usavam defensivos agrícolas, para proteger do contato com o agrotóxico das outras plantações.

Dona Maria, irmã de Seu Jorge, planta com seu marido produtos também orgânicos (verduras e legumes). Todavia observa-se uma diferença em relação ao relato anterior sobre a transição para produtos orgânicos. Estes fizeram a transição a pedido da distribuidora Beija-Flor, que compra toda sua safra. Nesse contrato, mesmo que a safra seja maior do que o esperado, Dona Maria não pode vender o excedente, assim acaba perdendo parte de sua produção. A venda de seus produtos se torna cara no mercado, justamente porque os atravessadores colocam seu lucro sobre ele, bem como afirma Dona Maria: “nós vendemos R\$ 0,50 o pé, e o mercado a R\$ 1,89. É, eles têm que ganhar um pouco em cima também”. Logo, ela acredita que se vendessem diretamente para o consumidor não conseguiriam competir com o preço dos grandes mercados.

Em relação a continuidade do trabalho pela família, as duas afirmam que seus filhos pretendem continuar com a plantação e produção de orgânicos. Relatam também – mesmo já tendo afirmado na conversa que pessoas próximas já se intoxicaram – que nunca sofreram danos a saúde pelo uso de agrotóxicos, e ainda comentam que seria mais fácil usar o agrotóxico, pois é menos trabalhoso do que

capinar toda a plantação. E por fim, tanto Dona Maria quanto Seu Jorge, afirmam que é mais lucrativo e vantajoso vender orgânicos, porém mais trabalhoso.

História dos agrotóxicos

No Brasil, o uso de agrotóxicos industrializados já tem mais de meio século. Uma das primeiras substâncias utilizadas nas lavouras brasileiras foi o DDT, considerados um dos primeiros pesticidas modernos. A substância foi sintetizada em 1874, porém, somente no início da segunda guerra mundial é que o DDT começou a ser utilizado no combate de pragas em plantações.

Assim, podemos dizer que a história “moderna” dos agrotóxicos tem início na II Guerra Mundial, quando surge sua primeira forma conhecida como uma “arma química” era o “agente laranja”. Nos anos 1950, os agrotóxicos, juntamente com fertilizantes e máquinas agrícolas, foram os propulsores da chamada “Revolução Verde”. Este era o nome da crença de que a chegada da tecnologia à produção agrícola poderia aumentar sua eficácia de tal forma que se acabaria com a fome no mundo. Embora muito eficiente em aumentar a produção agrícola, o quadro das populações famintas no mundo pouco se alterou até os dias atuais, isso somado ainda à condição da poluição química e os envenenamentos de agricultores e consumidores. Mesmo assim, escondidos sob o nome neutro de “defensivos agrícolas” os agrotóxicos eram aclamados como instrumentos para combater a fome. Porém, seu uso crescente e indiscriminado já demonstrava consequências. Foi então que, 1962, nos Estados Unidos, Rachel Carson publicou o primeiro alerta, o livro *Primavera Silenciosa* (*Silent Spring*): “nós permitimos que esses produtos químicos fossem utilizados com pouca ou nenhuma pesquisa prévia sobre seu efeito no solo, na água, nos animais selvagens e sobre o próprio homem” (CARSON, 1962).

No Brasil, após uma grande campanha de uso do DDT para erradicar a Doença de Chagas, no ano de 1948 se constatava a presença da substância no tecido adiposo humano. E somente em 1992, após intensas pressões sociais, foram banidas todas as fórmulas compatíveis ao DDT ou à base de cloro. Estes agrotóxicos faziam parte de uma lista mundialmente conhecida como “os doze sujos” pelos comprovados efeitos nocivos que provocavam, e já estavam proibidos em outros países desde 1985.

Os números a respeito de agrotóxicos no Brasil são alarmantes. O seu consumo no país supera em sete vezes a média mundial,

que é de 0,5 kg/habitante de veneno. A esse respeito o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulgou em agosto de 2009 um relatório no qual revela que o uso de agrotóxicos no Brasil aumentou cerca de 20%, demonstrando que o Brasil utilizou na safra 1970/71 cerca de 30 mil toneladas de agrotóxicos e na safra de 1980 passa a usar cerca de 80 mil toneladas. As regiões de maior consumo de agrotóxicos do país são Sudeste, Sul e Centro-Oeste, sendo que o Estado de São Paulo é um dos maiores consumidores. Ainda, segundo dados do Sindag – Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas –, o Brasil se encontra entre os maiores usuários dos insumos agrícolas, perdendo apenas para a Holanda, Bélgica, Itália, Grécia, Alemanha, França e Reino Unido. Em Santa Catarina de acordo com informações da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Epagri) para cada hectare cultivado a cultura exige 39,5 quilos de agrotóxicos.

Legislação referente ao uso de agrotóxicos

No âmbito da regulamentação sobre agrotóxicos no Estado de Santa Catarina temos a **LEI Nº 11.069, de 29 de dezembro de 1998** de procedência governamental que dispõe sobre o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins no território do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º A produção, o uso, o comércio, o armazenamento, o consumo e o transporte de agrotóxicos e afins no Estado de Santa Catarina reger-se-ão pela Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e pelas disposições desta Lei.

Art. 2º Para efeito desta Lei entende-se como:

I - AGROTÓXICOS: os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento. (BRASIL, Lei 11.069/1998).

O reflexo dos agrotóxicos na saúde do produtor

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde – OMS, as intoxicações agudas por agrotóxicos atingem cerca de três milhões de produtores anualmente, com 2,1 milhões de casos só em países como Brasil, Chile, México, e entre outros que se encontram em crescente industrialização e aumento de produção, atingindo o patamar de 20.000 mortes por ano em todo o mundo. Observa-se ainda que estes números podem ser ainda maiores, pois não são contabilizadas todas as outras intoxicações mais moderadas ou que não apresentem sintomas ou ainda demoram a demonstrar suas consequências. Os casos de intoxicações crônicas, que são adquiridos por meses ou anos de exposição, e no futuro revelam danos irreparáveis ou fatais, como ação sobre o sistema nervoso central, câncer, convulsões, insuficiência respiratória, fraqueza muscular, confusão mental, perturbações no equilíbrio, perda do apetite, mal-estar geral, lesões hepáticas e renais.

As ameaças à saúde e a vida dos produtores são infinitas. Segundo a Anvisa (2011) só no estado de Santa Catarina são cerca de 30 a 40 casos de intoxicação por agrotóxicos a cada mês, a cada ano são cerca de 500 casos, sendo que deste total, 15 morrem devido a problemas resultantes de complicações do quadro de intoxicação.

Para muitas pessoas que se dedicam a estudar o tema dos alimentos, saúde, agrotóxicos e seus reflexos, conclui-se que os agrotóxicos se tornaram um problema de tamanha proporção que podem ser considerados hoje em dia um problema de saúde pública ou mesmo “uma das principais fontes atuais de riscos” (GUIVANT, 2011). Não apenas representando riscos para a saúde alimentar do consumidor, mas riscos permanentes a saúde do produtor, e ainda sob longa exposição engloba outros tipos de risco, que novamente utilizando a teoria do risco apresentam consequências gerais, democráticas, incalculáveis, inesperadas, e muitas vezes irreversíveis. “No Brasil considera-se que cerca de 2/3 dos agricultores já passaram por uma intoxicação aguda devido ao uso de agrotóxicos” (LEAN et al., 1990; DINHAM, 1993).

A visão dos consumidores sobre o agrotóxico

Entre os consumidores entrevistados, quatro graduandos da UFSC e um casal com segundo grau completo, a percepção do risco do consumo de agrotóxicos como forma de resíduos em alimentos

contaminados foi confirmada por quatro dos entrevistados. Estas respostas ressaltam que o comportamento destes indivíduos, em relação aos produtos que consomem, não é cego. Isto é, afirmam perceber a presença de defensivos agrícolas no cheiro e na aparência dos alimentos. Mesmo que não possuam um conhecimento técnico sobre o que se questiona não se descarta aqui uma parte verossímil do senso comum – que não nos propomos discutir neste trabalho – em relação ao conhecimento de vestígios tóxicos em alimentos consumidos diariamente.

Considerando a falta de frequência com que consomem alimentos orgânicos, devido a fatores externos como preço, e acesso, os entrevistados transportam a certeza de que resíduos de agrotóxicos em alimentos fazem mal a saúde, porém não optam pelo consumo de produtos orgânicos.

De modo geral, a constatação de que os agrotóxicos realmente podem causar algum tipo de doença ou dano à saúde em longo prazo, gera certeza entre os consumidores entrevistados. Malefícios, como: câncer, diarreia, alergias, intoxicação, foram relatados pelos consumidores como possíveis consequências do consumo de alimentos intoxicados por agrotóxicos. Os resquícios de defensivos agrícolas em alimentos podem, além de tudo, fragilizar a imunidade do indivíduo atingido.

Agrotóxicos nos alimentos: consequência para os consumidores

Ainda que invisíveis a olho nu, os agrotóxicos deixam resíduos químicos nos alimentos que consumimos. Com relação a esta temática de acordo com informações do centro de Toxicologia da Anvisa, o risco dessas irregularidades no uso dos agrotóxicos para a saúde humana não é imediato, mas os danos causados pelo consumo de produtos com agrotóxicos a longo prazo devem ser considerados.

A Nota Técnica do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), uma pesquisa ampla em que os laboratórios participantes analisam 92 tipos diferentes de princípios ativos, tem como amostra diferentes culturas de todo o país. Tal pesquisa busca acompanhar a existência e quantidade desses resíduos químicos nos alimentos consumidos. Na conclusão, divulgada pela ANVISA (2010), verificou-se que o processo de lavagem dos alimentos contribui para a retirada de parte dos agrotóxicos, porém não é capaz de retirá-lo completamente. E que em cerca de 25% das amostras de alimentos foram verificadas irregularidades nos limites de resíduo permi-

tido, enquanto em 75% destas mesmas amostras foi verificada existência de produtos agrotóxicos não permitidos.

Ainda nesta nota, foi divulgado a situação atual do Brasil com relação a existência de resíduos químicos acima do limite máximo permitido nos alimentos (LMR – Limite Máximo Resíduos). Verificou-se que em diversas culturas da maioria das regiões, os principais focos de resíduos acima do LMR são, morango, banana, alface e mamão. Porém, segundo os dados divulgados pela pesquisa da ANVISA de 2010, os alimentos mais contaminados entre as amostragens analisadas são pimentão (80,0% das amostras), uva (56,40%), pepino (54,80%), morango (50,80%), couve (44,20%), abacaxi (44,10%), mamão (38,80%), alface (38,40%), tomate (32,60%) e beterraba (32,00%).

A confiança no saber científico

O cientificismo e a total confiança na racionalidade científica podem, por muitos lados, serem criticados, principalmente pela questão do critério de veracidade ser mutável. Beck aponta para este fato, pois de acordo com ele, o fracasso da racionalidade científica aumenta riscos civilizacionais. Racionalidade esta que se torna falha em determinadas situações justamente por ocultar possíveis problemas que ainda não foram “provados cientificamente”, ou para os quais a ciência ainda não encontrou explicação.

A falta de informação dos agricultores ao manusear os “defensivos” agrícolas sem proteção acarretou muitos problemas de saúde. Segundo Beck (2010) através de seus discursos das autoridades percebemos que o incentivo era que produzissem mais, mas não havia nenhuma informação dos riscos e problemas que o uso dos agrotóxicos pudessem acarretar. Isto se justifica no objetivo, simplesmente de aumentar a produção e não perceber o produtor como um indivíduo, um ser humano.

Os critérios de verificação do conhecimento produzido alteram-se com o referencial histórico do momento em que a sociedade se encontra. Mesmo a crença e a credibilidade que damos à ciência se tornam mais fortes. Para Beck (2010) no início do uso de agrotóxicos, a relevância estava em seus benefícios, não se pensava qual seria a reação com o corpo humano. Pode até ser que já houvesse especialistas estudando o assunto, mas os interesses eram visivelmente outros.

Portanto, o argumento científico também opera de tal modo a suprir os interesses superiores a ele, assim como o governo. De tal

forma que possa cometer muitos erros antes de acertar. Um agricultor muda seu modo de produção com o veneno para um cultivo de orgânicos não por uma escolha espontânea – há um custo envolvido, tanto financeiro quanto físico. Existe ainda a presença de um especialista que, com sua credibilidade do argumento científico, acaba por convencer o produtor a efetuar esta troca.

A presença do técnico é percebida tanto na entrada dos agrotóxicos na agricultura quanto na sua retirada. É possível constatar essa mudança de argumento para atingir fins opostos, se antes o fim da fome era argumento plausível, hoje a qualidade do aumento que se produz muda o caráter do agronegócio. O discurso científico sobre a produção do risco se altera da mesma forma, dependendo do fim que se quer atingir.

Os valores materialistas e pós-materialistas na sociedade de risco

Utilizando-se de um conjunto de dados, Ronald Inglehart desenvolveu uma teoria onde constata relação entre a modernização econômica e a crescente valorização da auto expressão e democratização. Sumariamente, sua afirmação é de que a modernização socioeconômica permite que as pessoas baseiem suas vidas em escolhas autônomas. Assim, assume que o desenvolvimento econômico provoca mudanças nos padrões valorativos adotados pelas pessoas. E o que nos interessa de sua contribuição é como o processo de modernização e as tradições interagem para moldar essas mudanças de valores entre os produtores agroecológicos.

Para Inglehart a modernização – ou o processo de desenvolvimento econômico:

só começa com as inovações tecnológicas que aumentam a produtividade do trabalho; a seguir, ele gera especialização ocupacional, aumentando os níveis educacionais e de renda; diversifica a interação humana, transferindo a ênfase de relações de autoridade para relações de negociação; no longo prazo, isso gera mudanças culturais. (INGLEHART, 2009, p. 46).

Com isso, entrando em contato com o produtor, se percebe que aquele que depende de outra instituição para produzir, se encontra num patamar mais alto da “hierarquia”; enquanto que o produtor autônomo, mesmo empregando alguns trabalhadores, ele constrói sua autonomia, tendo menos limitações em seu desenvolvimento socioeconômico, de modo que, adquire relações de negociação – sendo mais

provável, nesse caso, a emancipação de seus valores, isto é, uma percepção e consciência maior sobre as problemáticas da sociedade de risco. Nessas relações o que se verifica é uma distinção entre a predisposição dos produtores em adquirir as mudanças. “Embora o desenvolvimento econômico tenda a produzir mudanças sistemáticas no que as pessoas acreditam e desejam da vida, a influência das tradições culturais não desaparece”. (INGLEHART, 2009)

Ainda que com um senso crítico em relação a seu pensamento, admite-se que fatores como a escolaridade e renda auxiliem ao adotar comportamentos e perspectivas, de modo que a ausência dos produtores em se declararem responsáveis ou vítimas potenciais dos riscos, apenas se confirma a falta de precisão ao observar as situações de perigo, por potencializar a sobrevivência material ou a realização individual.

Porém, visto que a noção do risco toma forma na medida em que o estágio de desenvolvimento da produção avança, o agricultor de alimentos orgânicos, atinge uma motivação diante do reconhecimento de seu trabalho. Em função disso, o produtor adota o cultivo de produtos orgânicos porque lhe traz benefícios financeiros. Consequentemente, os incentivos vindos dos que possuem conhecimentos mais avançados dos perigos do manuseio de agrotóxicos – independente de seus anseios particulares: meio ambiente e saúde, ou apenas político –, imediatamente congregam adeptos a produção agroecológica.

Dessa maneira, ao compartilhar do mesmo ambiente de trabalho – a feira –, esses indivíduos são condicionados a uma proposta de adequação ao adquirir as condições de produção – sob um olhar e significação de sua perspectiva – resultando numa ação conjunta. Mesmo sob olhares distintos sobre o risco, a mudança ocorre. Traçando uma linha entre essa realidade e o que falar Inglehart, de modo geral, “a sociedade de risco é quando se começa a tomar corpo as ameaças produzidas durante o desenvolvimento da sociedade industrial” (BECK, 2010). É no seu contexto que seu comportamento vai se moldando.

Quando nos deparamos com o produtor, antes de tudo ele tem a percepção que sempre haverá “bocas pra alimentar/comer”, por isso o negócio lhe é garantido. Entendemos que o produtor se encontra numa situação ambígua, primeiro preocupando-se com o próprio sustento e da família e, em segundo, reconhecendo a importância de uma reflexão a cerca da modernidade. E ao ser influenciado a construir uma identidade no meio em que vive, enquanto busca um sustento, simultaneamente demonstra seu potencial diante da sociedade.

Portanto, o risco só toma forma dependendo dos diferentes atores, tornando nítido o contraste entre os produtores em relação ao Estado, do produtor em relação ao consumidor, e do consumidor ao consumir tal produto orgânico.

Observa-se ainda a ausência por parte dos produtores de se declararem vítimas de riscos. Nota-se que o produtor que cultiva produtos orgânicos tem sua motivação primeiramente pelos benefícios financeiros – materialistas –, e posteriormente, com o incentivo e valorização de seu trabalho e no consequente retorno nos negócios. Sua percepção também torna-se mais significativa, mesmo que não potencializando os riscos, passa a reconhecer o risco a longo prazo. Dessa maneira, a compreensão de tais riscos, – do adepto (mesmo que inconscientemente) aos valores materialistas ou pós-materialistas –, não traz a certeza de que os riscos são possíveis de controle e monitoramento eficazes.

Assim, no seu ambiente de trabalho, essa ação de cultivar produtos orgânicos, congrega adeptos acelerando as pressões para o monitoramento dos riscos. Que motivados pelo retorno financeiro, seus colegas são condicionados da mesma forma pelos investimentos e incentivos exteriores.

Percebe-se que quando alguém mais instruído lhes oferece uma proposta sob um olhar e significação que lhe é de sua perspectiva – no caso, o agrônomo, e o Estado –, o produtor adota condições devido as suas perspectivas, e assim resulta numa ação “conjunta” que, mesmo sob olhares distintos sobre o risco, a mudança ocorre.

Assim, arriscamos afirmar que o agrônomo é motivado por uma percepção pós-materialista, onde os valores de auto expressão e ampliação das capacidades de escolhas humanas lhe são primordiais. Enquanto que o Estado, adquire uma posição intermediária da situação, pois ele só começa a investir a partir do momento em que tal ação passou a movimentar o mercado financeiro, e com vista de que o desenvolvimento tenha bons índices a nível global. Este que também busca uma autoimagem de preocupação com a saúde pública, em suma, há uma gama de interesses particulares.

Consequentemente, aquele que movimenta todo esse mecanismo, isto é, o consumidor também possui suas motivações e valores ao ser adepto ou não do consumo de produtos orgânicos, através de duas perspectivas – levando em conta a teoria de Inglehart: (1) possui percepção do risco, porém, ao comprar, verifica o preço diferenciado dos produtos – orgânicos ou não; (2) relação com valores pós-materialistas, procurando por produtos orgânicos de suma importância

diante de tanta produção que faz uso de defensivos e que o prejudica. Como afirma o próprio Inglehart, nesse processo,

Os pós-materialistas são economicamente mais seguros do que os materialistas, mas muito mais sensíveis aos riscos ambientais (...) a ênfase crescente nos valores de auto expressão não acaba com os desejos materiais. O consumo é cada vez menos determinado pela necessidade de sustento e uso prático dos bens consumidos. (...). O consumo é cada vez menos uma questão de sustento e cada vez mais uma questão de estilo de vida – e de escolha. (INGLEHART, 2009, p.57).

De fato, nosso interesse é perceber que esses diferentes papéis sociais, independente do local em que está inserido, se conectam sob diferentes perspectivas na modernidade. Essas percepções do risco formam uma configuração do que Inglehart chama de valores materialistas e pós-materialistas concluindo que na modernidade tradicional o risco era compreendido como fixo e possível de controle, enquanto que na modernidade reflexiva, os riscos ultrapassam os limites temporais e seriam produtos de excessos de produção.

Ao serem indagados sobre a percepção do risco tanto produtores quanto consumidores o compreendem como um resultado a longo prazo, assim, pressupõe-se: quando atingidos, o diferencial da percepção dos envolvidos se desloca da ordem para a dúvida.

Considerações finais

Buscamos exemplificar a sociedade de risco de Beck (2010) em nossa pesquisa de campo. Sob a ótica dos entrevistados, o risco é invisível e está longe de ser uma afronta para o produtor, ou mesmo para o consumidor. Constatamos que o questionamento de uma terceira pessoa, especialista, será crucial para uma mudança dos hábitos, tanto do produtor como do consumidor.

Levaram-nos a elucidar, na entrevista com os produtores da segunda família, que pouca quantidade de agrotóxicos não configuraria um problema, mesmo afirmando que usaram por alguns anos. O casal de agricultores nos conta que, não acreditam que o contato com o veneno agrícola os tenha causado algum dano à saúde, nesse relato constatamos facilmente a confiabilidade destes agricultores nos produtos tóxicos, mesmo sabendo, que os riscos existem não tomavam precauções para se proteger. A própria roupa utilizada para passar o veneno era lavada junto com roupas comuns, com o argumento de que “era pouco o que nós usávamos”, reafirmando isto algumas vezes. A

necessidade de não usar mais defensores agrícolas não se deu por vontade própria, mas por exigências do mercado. Quando Dona Maria diz que foi a Beija-Flor que começou com o plantio de orgânicos, e que é menos trabalhoso limpar a lavoura com agrotóxicos, vemos que a mudança na produção foi imposta.

O produtor sabe que o seu produto encarece ao chegar ao consumidor final, mas mesmo assim, ele sozinho não tem lucro por vender diretamente para o consumidor uma vez que na distribuidora ele tem uma demanda garantida de venda e se fosse autônomo não teria a certeza do lucro.

O risco, só toma forma dependendo dos diferentes atores, por isso é nítido o contraste, primeiro do produtor quando possui vínculo junto ao Estado de forma mais autônoma ou não; segundo, do produtor em relação ao consumidor; terceiro, do consumidor ao consumir o alimento orgânico. Portanto, quando compartilhada uma realidade semelhante, esses diferentes atores encontram-se inseridos e se moldam entre a modernização e a tradição. Assim, entre conversas, entrevistas e visitas, foi possível constatar que os valores e aprendizados transferidos de geração a geração, se modificam através dos contextos vivenciados.

Quanto à adesão de valores materialistas e pós-materialistas, concordamos com Inglehart, quando afirma que “se o surgimento de valores modernos fosse determinado apenas por forças cognitivas, então os valores de auto expressão teriam continuado a se disseminar” (INGLEHART, 2009). Sendo oportuno enfatizar a sua concordância ao pensamento marxista, no qual “as orientações de valores e padrões morais predominantes em uma sociedade formam a ‘superestrutura ideológica’ que reflete a ‘base sócio-econômica’ de uma sociedade, [sendo que a] ideologia necessariamente muda na medida em que a base socioeconômica se modifica”. (INGLEHART, 2009).

Não foi possível constatar com provas empíricas, já que o campo foi curto e que só entrevistamos seis pessoas, que o grau de escolaridade, profissão e também as condições financeiras sejam determinantes para o estilo de vida dos indivíduos. Porém, as respostas dos questionários sugerem que um nível de conhecimento maior pode influenciar no tipo de atitude que o consumidor vai tomar em relação a escolhas entre comprar produtos orgânicos ou não. Isto sem abordar a renda, que é outro fator que pode ser incluído na análise do perfil do consumidor.

Ainda na finalização do trabalho, levando em conta as considerações apresentadas, surgiram algumas questões instigantes, como: o

envolvimento dos meios de comunicação em disseminar e abranger o benefício do consumo de produtos sem uso de agrotóxicos, embora tenham prioridades políticas e institucionais envolvidas, tal meio possibilita um apoio à percepção do risco no consumo dos alimentos produzidos com uso de defensivos agrícolas. Porém, a priori observamos que muitas vezes há certa negligência quanto à construção desse problema em uma perspectiva e contexto particular – sendo que a recepção de tal informação surtirá distintas reflexões. Contudo, reconhece-se que as mídias sociais favorecem o setor, no que se refere à função de influenciar a obtenção de consciência das pessoas em geral.

Nota

1 - Os nomes dos entrevistados foram trocados por pseudônimos.

Referências

ANVISA: **Instituto Nacional de Controle de qualidade em Saúde**, Secretaria de Estado de Saúde do Paraná. PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS. 2010. Relatório anual disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/>> Acesso em: 26 Agosto 2011.

_____. Resíduos de agrotóxicos em alimentos. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40 n. 2, p.361-3, 2009.

_____. **Relatório do I Seminário Nacional sobre agrotóxicos, saúde e ambiente**. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br>>. Acesso em: 14 Agosto 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**; Rio de Janeiro; Ed. Jorge Zahar, 2001.

BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo à outra modernidade**; São Paulo; Ed.34, 2010.

CALDAS, E.D. & SOUZA, L.C.K.R. Avaliação de risco crônico na ingestão de resíduos de pesticidas na dieta brasileira. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 529-37, ano 2000.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**, São Paulo, UNESP, 1991.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**, 14^a ed, Petrópolis, Vozes, 2001.

GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 16, p 95 – 112, 2001.

INGLEHART, R. & WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: A seqüência do desenvolvimento humano**, São Paulo, Ed Franzis, p. 7- 106, 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO; **Prefira Orgânicos**, Disponível em: <<http://www.prefiraorganicos.com.br>>. Acesso em: 14 Setembro 2011.

SANTA CATARINA, Decreto n. 1900-(12/12/00); 3657-(25/10/05) **LEI Nº 11.069, de 29 de dezembro de 1998**, dispõe sobre o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins no território do Estado de Santa Catarina e adota outras providências. ALESC/Div. Documentação (tr.).